

STJ00099265

PABLO RODRIGO ALFLEN

Professor do Departamento de Ciências Penais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e do Curso de Pós-graduação em Direito Penal e Política Criminal da mesma instituição. Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Pesquisador credenciado ao CNPq. Advogado criminalista.

DOMÍNIO TEORIA DO DO FATO

1ª edição
2ª tiragem
2014

100 ANOS
 **Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Cláudia Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)

Projeto gráfico, arte e diagramação Lois Soriano
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Ivani Cazarim
 Simone Silberschmidt

Produção editorial William Rezende Paiva
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Matli Rampim
Impressão Gráfica Santuário
Acabamento Gráfica Santuário

ISBN 978-85-02-21007-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alflen, Pablo Rodrigo
 Teoria do domínio do fato / Pablo Rodrigo Alflen.
 – São Paulo : Saraiva, 2014.
 Bibliografia.

1. Autoria (Direito penal) 2. Direito penal 3.
 Domínio do fato I. Título.

14-06051

CDU-343.221.51

Índices para catálogo sistemático:

1. Autoria e domínio do fato : Direito penal
343.221.51
2. Domínio do fato e autoria : Direito penal
343.221.51

Data de fechamento da edição: 11-2-2014

Dúvidas?
 Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

137.010.001.002

Abreviaturas.....	13
Introdução	17
Capítulo I: Fundamentos da autoria no sistema causalista.....	21
1. Considerações introdutórias	21
2. Causalidade necessária e suficiente como critérios da autoria...	25
2.1. Causa necessária como critério da autoria (Kleinschrod)	26
2.2. Causa suficiente como critério da autoria (Feuerbach e Stübel)	28
3. Vertentes causalistas e critérios de delimitação da autoria	32
3.1. Concepções orientadas pelo aspecto subjetivo	32
3.1.1. Critério da autodeterminação (Köstlin).....	32
3.1.2. Critério da intenção (Berner)	35
3.1.3. Critério da determinação da vontade (Barth)...	37
3.1.4. Fato próprio e fato alheio como critério da autoria (Glaser).....	39
3.2. Concepções baseadas na equivalência das condições ..	42
3.2.1. Equivalência das contribuições como critério da autoria (Buri).....	42
3.2.2. Equivalência entre causa e condição como critério da autoria (Liszt).....	44

3.2.3. Causa mediata ou imediata como critério da autoria (Barreto)	46
3.2.4. Causação do resultado como critério da autoria (Binding)	49
3.3. Concepções baseadas na distinção entre causa e condição	52
3.3.1. Distinção entre causa e condição como critério da autoria (Bar)	52
3.3.2. Eficácia da condição como critério de autoria (Birkmeyer)	54
4. Sistemas unitário e diferenciador e conceitos extensivo e restritivo de autor	56
4.1. Sistemas unitário e diferenciador	56
4.2. Conceitos extensivo e restritivo	61
4.2.1. Conceito extensivo	61
4.2.2. Conceito restritivo	66
4.3. Teorias objetivas e subjetiva e a ideia de autoria	69
4.3.1. Teorias objetivas	69
4.3.2. Teoria subjetiva	73
4.3.2.1. O caso Badewannen (RGSt 74, 84)	75
4.3.2.2. O caso Staschinskij (BGHSt 18, 87)	77
Capítulo II: Teoria do domínio do fato	81
1. Considerações introdutórias	81
2. Domínio do fato no sistema finalista	82
2.1. Domínio final do fato como critério para delimitação da autoria	86
2.1.1. Autoria direta	88
2.1.2. Coautoria	91
2.1.3. Autoria mediata	94
2.2. “Deter nas mãos” como critério do domínio final do fato	96
2.3. Críticas à teoria do domínio final do fato	99

3. Domínio do fato no sistema funcionalista-normativista.....	104
3.1. Tripartição teórica.....	111
3.1.1. Autoria direta como domínio da ação	112
3.1.2. Coautoria como domínio funcional	118
3.1.3. Autoria mediata como domínio da vontade	124
3.1.3.1. Domínio da vontade em virtude de coação	127
3.1.3.2. Domínio da vontade em virtude de erro	131
3.1.3.3. Domínio da vontade em virtude de aparatos organizados de poder	136
3.2. Críticas à teoria do domínio do fato.....	151
Capítulo III – Teoria do domínio do fato e o direito penal brasileiro	159
1. Fundamentos teóricos	159
1.1. O paradigma ontológico-relacional	159
1.2. O sistema unitário como ponto de partida	165
1.3. A ideia de domínio do fato na jurisprudência brasileira	170
1.3.1 Decisões orientadas pelo <i>domínio do fato finalista</i>	171
a) Homicídio qualificado e ocultação de cadáver.....	171
b) Roubo majorado	172
c) Latrocínio	173
1.3.2 Decisões orientadas pelo <i>domínio do fato funcionalista-normativista</i>	175
a) Furto qualificado	175
b) Roubo majorado	176
1.3.3. Domínio do fato no plano empresarial	178
a) Sonegação de tributos.....	178
b) Uso de documento falso	179
c) Gestão fraudulenta	180
d) Caso “mensalão”	182
2. Conceito de domínio do fato.....	184
3. A tripartição legal da autoria a partir da ideia de domínio do fato	195
3.1. Autoria direta como domínio do resultado	196

3.2. Coautoria como domínio operacional.....	201
3.3. Autoria mediata como domínio social	211
3.3.1. Autoria mediata com o uso de instrumento im- punível	216
3.3.2. Autoria mediata com o uso de instrumento pu- nível	219
4. Autoria nos crimes praticados por meio de organizações empre- sariais.....	226
4.1. Organizações como <i>mecanismos</i> para a prática de ilícitos	229
4.2. Diretrizes para delimitação da autoria em organizações empresariais	234
4.2.1. Autoria direta como domínio do resultado	234
4.2.2. Coautoria como domínio operacional.....	237
4.2.3. Autoria mediata como domínio social	239
Considerações conclusivas	243
Referências.....	249